



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
CÂMARA MUNICIPAL

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM**

**22 DE OUTUBRO DE 2024**

**ACTA Nº 23**

-----Aos vinte e dois dias do mês de Outubro de 2024, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Luis Paulo Carreira Fonseca Costa e com a presença dos Senhores Vereadores Luis Miguel de Campos Almeida, Elisabete Simões Oliveira, Filipe Miguel dos Anjos Frias, Paulo Jorge Martins Viana de Teles Marques e António Miguel Ribeiro Pinheiro e comigo, Odete Fernandes, que secretariei a reunião.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião, quando eram dez horas.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta da Sra. Vice-Presidente, Paula Inês Moreira Dinis, que não esteve presente na presente reunião por motivos profissionais. -----

**PERÍODO  
DESTINADO  
AO PÚBLICO**

-----Teve a palavra a D. **Ana Maria Carvalho Moura**, residente em Arganil, para referir que: "Esta é a segunda vez que me dirijo a este órgão – aliás, a terceira: uma vez por escrito, agora presencial, e a última, em 27/2/2024, por causa da casa junto à Casa de Povo, na Rua Armando Nogueira de Carvalho, que continua a ter a mesma situação de infiltração. Já chove dentro do meu prédio, pois o beirado da dita casa, a caleira, está completamente entupida, parece um jardim. Aliás, tenho aqui fotografias que podem ver. Tenho um estabelecimento ao lado daquela casa e, quando as pessoas saem, levam com a chuva toda em cima, uma vez que o outro edifício é mais alto e





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

a água vem para cima do meu edifício devido ao entupimento da caleira. Até agora nada foi feito, eu continuo a ter chuva dentro de casa, desde o sótão até ao rés do chão, o que é grave porque tenho um móvel que já tem as costas podres, do qual também tenho aqui fotos que podem ver, se quiserem. Nada foi feito até agora desde fevereiro deste ano e, em 2020, já expus a situação por escrito. Não sei quais os procedimentos, mas eu não conheço os proprietários, por isso me dirijo à Câmara, para ver se é possível fazer alguma coisa. Não posso continuar naquelas condições e ninguém me vai pagar os prejuízos que já tenho. As paredes são antigas, de pedra e barro, embora tenham uma parede de tijolo, mas aquilo vai acabar por apodrecer tudo. Qualquer dia tenho a minha parede no chão. A minha caleira foi limpa este ano porque também estava toda suja de ervas e por causa das pombas e, com aquela, acontece exactamente a mesma coisa.”-----

-----Teve a palavra o senhor vereador **Filipe Frias** para referir que: “Relativamente ao imóvel em causa, no dia 29 de fevereiro, notificámos os proprietários para uma vistoria que veio a acontecer no dia 8 de abril. Foi lá a equipa técnica de vistorias do Município, e estiveram presentes alguns proprietários, pois o imóvel é de vários herdeiros. Foi-lhes dado um prazo de 120 dias para fazerem as intervenções identificadas como necessárias. 120 dias que a legislação diz que são dias úteis, pelo que o prazo termina agora dia 11 de novembro. Logo no início, uma das proprietárias veio pedir que esse prazo fosse prorrogado, nós não deferimos esse pedido, numa tentativa de, quando chegasse agora ao Inverno, não continuássemos a ter este problema. Mas até terminar o prazo, que é dia 11 de novembro, o Município não pode agir”. -----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para explicar que: “Estamos a falar de um assunto em que, objectivamente, a Câmara intervém como entidade que pode fiscalizar e vistoriar – que é o caso –, mas é uma situação em que a senhora está a ser prejudicada por inação de um terceiro, privado. Era isso que também queria aproveitar para lhe dizer: em última análise, os prejuízos a que se referiu há pouco podem, ou quase que até diria, devem ser imputados aos proprietários, porque os proprietários estão a contribuir para o prejuízo que está a sofrer, pela inação que estão a ter. Naturalmente que isso é assunto que não compete à Câmara dirimir, pois não é uma entidade judicial e, portanto, nessa matéria não pode intervir. A Câmara pode intervir, sim, na sequência desta vistoria que teve lugar. Portanto, nós conseguimos perceber que, às vezes, não seja tão perceptível, ou não é perceptível, aquilo que é o tempo da burocracia. Mas esta burocracia é essencial, e nem a Câmara teria legitimidade para intervir – admitindo que será em última análise aquilo que vai acontecer – para intervir sem cumprir estes momentos burocráticos. Admitindo, por hipótese, que os proprietários não fazem as intervenções até ao dia 11 de novembro, a Câmara então terá legitimidade para fazer as intervenções e apresentar a conta aos proprietários. E é isso que certamente vai acontecer. Reconheço que, em





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

muitas circunstâncias, implica um intervalo temporal muito grande, face àquilo que é a expectativa das pessoas, mas é também a formalidade e a legislação, a lei, que somos obrigados a cumprir. Vamos aguardar mais uns dias até o dia 11 de novembro para ver se os proprietários fazem ou não as intervenções, e se não fizerem, depois demandamos uma iniciativa. Muito obrigado." -----

### PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para dizer que "queria começar por enaltecer e por sublinhar aquilo que foi a iniciativa da Tuna de Arganil, com este evento que levou a efeito no último sábado, em torno da temática dos petiscos. É algo que, mais do que a temática em si, contribui para a dinamização de um espaço e, nesse sentido, até pelo sucesso que a iniciativa teve, não posso deixar de realçar o resultado desta parceria entre as instituições e entre o Município, que teve estes resultados que são assinaláveis positivamente, e era também uma nota de apreço pela organização, que queria aqui deixar. -----

-----Querida também dar uma nota de reconhecimento e de contentamento por finalmente termos conseguido fazer aprovar um financiamento no âmbito do Programa Equipamentos para uma instituição do nosso concelho. Já há muitos anos que se vinha trabalhando nesse sentido e também durante muitos anos isso não se revelou possível. Finalmente foi possível contribuir para que a Fábrica da Igreja de Pombeiro da Beira tenha assinado um contrato de financiamento para intervenções na Igreja de Matriz de Pombeiro da Beira, que, como sabem, é também o local onde está o túmulo de Mateus da Cunha, imóvel de interesse público, imóvel classificado. E ficámos naturalmente também bastante satisfeitos com a possibilidade que este financiamento abre à recuperação do património e esperamos que outras candidaturas que ajudámos a elaborar possam também vir, no futuro próximo, a ser consideradas. -----

-----Querida também deixar mais uma nota de reconhecimento e, ao mesmo tempo, de satisfação por termos conseguido, pelo oitavo ano consecutivo, reconhecer o nosso Município como uma "Autarquia Mais Familiarmente Responsável". Estamos numa fase em que tem havido uma evolução muito grande, nos últimos anos, naquilo que tem sido o número de municípios que conseguem cumprir estes requisitos, particularmente aqui na nossa região,





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

mas, pese embora esse número vir em crescendo, também é verdade que há muitos municípios no nosso país que não estão neste grupo. Tem havido aqui uma dinâmica positiva no distrito, eu diria que, se calhar, até é uma daquelas dinâmicas de imitação positiva e tem, efectivamente, contribuído para uma imagem positiva do distrito, quase globalmente. Esta fotografia que vemos aqui quase como generalizada na região não é aquela que está totalmente espelhada no resto do país. Portanto, era também esta nota que queria deixar e, naturalmente, de satisfação por, mais uma vez, se ter conseguido este reconhecimento."-----

-----Teve a palavra o senhor vereador **Paulo Teles Marques** para referir que: "Junto-me às suas palavras de enaltecimento da organização do evento levado a cabo este sábado pela Tuna de Arganil, em que, de facto, constituiu um êxito, teve a participação de muitos arganilenses, e parece-me que é uma iniciativa que pode ser replicada com facilidade e ter uma regularidade maior, porque, de facto, anima e contribui para a coesão dentro do próprio concelho.

-----Congratulo-me também com a candidatura que foi aprovada para a Fábrica da Igreja de Pombeiro da Beira. -----

-----E, apesar de agora o destaque ser pela negativa dos dois concelhos que não foram reconhecidos como autarquias familiarmente responsáveis no distrito de Coimbra, o sermos é sempre um facto assinalável, e, portanto, também manifesto todo o meu regozijo com essa situação. -----

-----Queria aqui trazer um assunto que trouxe na última reunião mas que, na ausência do seu Presidente, a senhora Vice-Presidente deixou a resposta em suspenso para esta reunião, que é: em que ponto é que se encontra – é evidente que está relacionado com a transferência do IEFP para as antigas instalações do Lidl – a candidatura que, salvo erro, foi aprovada no âmbito do Revive para a Quinta do Mosteiro, há cerca de um ano e tal atrás."-----

-----Teve a palavra o senhor vereador **Miguel Pinheiro** para referir que: "Senhor Presidente, eu vinha colocar também umas questões que tinha feito na última reunião e que dizem respeito à ampliação da Zona Empresarial da Relvinha. Estamos quase a fazer dois anos da inauguração que foi feita na altura com a Senhora Ministra. Não tem acontecido muita novidade na zona empresarial da Relvinha de lá para cá. Esse registo tem a ver com a aridez de procura e julgo que é uma boa altura de podermos fazer um ponto de situação do sucesso ou do insucesso, ou de fazer alguma monitorização do que se passa com a ampliação da Zona Empresarial da Relvinha, dado que apenas lá temos uma empresa que, na altura da inauguração, já estava sinalizada e ia começar os trabalhos. A sua previsão optimista de termos mil postos de trabalho num horizonte de cinco anos, parece-me que tem que ser revista em baixa ou, eventualmente, pode acontecer aqui algum sobressalto histórico que não me parece que aconteça."-----

-----E em relação ainda à Relvinha, questionar duas intervenções que são urgentes e pedir-lhe que nos desse aqui o ponto de situação que é: na ETAR, em que fase é que estamos do concurso e obra, e, das intervenções que





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

falámos aqui anteriormente relacionadas com o espaço, as áreas comuns, arruamentos, sobretudo arruamentos com tensão talude e drenagens superficiais, que julgo que era importante avançarem eventualmente, poupando o território a mais um Inverno.-----

-----Gostava ainda de perguntar ao Senhor Presidente quando é que temos hipótese de ver aqui a última versão do projeto do Centro de Saúde, porque na altura tínhamos falado, ou ia falar há 15 dias do projecto do Mais Habitação, mas ele vem hoje aqui na ordem de trabalhos, podemos ter a oportunidade de falar sobre isso. -----

-----Por último, chamaram-me a atenção das condições ou do estado em que estão as instalações sanitárias públicas na aldeia do Piódão. E, as imagens que me mandaram, são bastante elucidativas de alguma degradação. Talvez sejam as instalações sanitárias públicas mais utilizadas no concelho, ou umas das mais utilizadas, portanto exortava aqui a atenção do Senhor Presidente para que pudessem apresentar um mínimo de dignidade dado que estão a precisar ali de uma intervenção. E até parece, pelo que me foi comunicado, que costuma às vezes faltar papel higiénico, electricidade, ... Portanto, uma chamada de atenção para o funcionamento das casas de banho do Piódão." -----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para dizer que: "Começando aqui pela intervenção do vereador Paulo Teles Marques, sobre a questão da Quinta do Mosteiro, explicar também o enquadramento; o Turismo de Portugal, ou melhor o fundo específico que tem esta designação de Revive, criou uma linha Revive Interior. Nesta linha, foram incluídos um conjunto de imóveis. Aliás, tratou-se até de um processo que teve algum mediatismo de ponto de vista de lançamento, se a memória não me falha, o lançamento terá sido na Covilhã ou em Castelo Branco, não consigo agora precisar qual destas duas localidades acolheu esse lançamento. Mas na realidade, naquele momento, foi ainda uma sinalização. O fundo, ou melhor, o Turismo de Portugal pediu-nos os elementos e nós fornecemos aqueles que já existiam. Inclusivamente, foi feito um levantamento topográfico mais específico. Não consigo dizer em detalhe as características, mas, basicamente, não tinha apenas a ver com aquilo que era uma coisa mais global e, portanto, mais específica do edificado, que a Câmara, face à especificidade que contratou e mandou fazer e entregou. Em paralelo, o Turismo de Portugal tinha que fazer, e penso que já fez, pelo menos a informação que tenho é que, de campo, esse trabalho já foi feito, o levantamento arquitetónico do edifício em digital. Portanto, nós tínhamos as plantas da década de 80, ou princípios da década de 90, que suportaram as intervenções que na altura foram efetuadas, no âmbito do processo Cinterbei. Havia a necessidade, para o Turismo de Portugal, daquilo estar num formato digital, e essa parte eles estiveram, entretanto, a tratar. Aquilo que aguardamos, e ainda há muito pouco tempo falei com o Presidente do Turismo de Portugal e que me confirmou essa situação, que muito em breve seja lançado o concurso para que os hipotéticos ou eventuais





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

interessados possam começar a apresentar propostas. Neste momento, se formos ao portal do Revive, o imóvel já lá está identificado, está lá sinalizado, mas objectivamente ainda não abriu o processo para que os interessados possam apresentar. A questão dos eventuais financiamentos, dependem muito daquilo que é o modelo de negócio e daquilo que é o volume de investimento, ou que venha a ser o volume de investimento, se tem nova construção, se não tem nova construção, se tem só a reabilitação, e portanto tudo isso determina o valor do investimento, determina depois um estudo de viabilidade económico-financeira e, em função disso, também determina quer o investimento global, quer aquilo que o promotor pode ter pretensão de vir a ser financiado no âmbito do Revive. Portanto, é um processo que temos acompanhado e que tem dado passos, não muito rápidos, mas também, face àquilo que tem sido a tramitação relacionada com as novas instalações do Centro de Emprego e Formação Profissional, também não temos feito uma pressão excessiva porque, objectivamente, não há interesse em que uma coisa esteja resolvida antes da outra estar e, portanto, o interesse é que elas estejam aqui em complementaridade. -----

-----Sobre a intervenção do vereador Miguel Pinheiro, dizer que a ampliação da área de localização empresarial da Relvinha é um sucesso, não há aqui insucesso rigorosamente algum: ponto um. Ponto dois: é um processo que pretende dar resposta às necessidades do concelho, no mínimo durante uma dúzia de anos. Sobre isso também não há ilusões. Aliás, a notícia desta semana é que o último lote do "iPARQUE", em Coimbra, foi agora vendido, um processo que teve início há mais de 20 anos. Nós estamos a falar de processos que são pensados, não é para o agora, é para o agora e para o futuro e, é nessa perspetiva que aquela ampliação aconteceu e, volto a dizer, foi para o concelho e é para o concelho, um sucesso.-----

-----Queria também aproveitar aqui para dizer algo sobre aquilo que é, às vezes, uma espécie quase de menorização, relativamente às empresas que são do concelho e que optam por se manterem no concelho. E não estou a dizer que foi o sentido da sua intervenção, queria apenas aproveitar o momento para clarificar que, no caso em concreto – e não sendo o sentido da sua intervenção mas que já houve – no caso em concreto da empresa que está já instalada e que apenas aguarda a ligação da electricidade por parte da E-REDES para poder começar a laborar, é um processo que não pode ser menorizado pela simples razão que neste momento, não tivesse sido a iniciativa que, prontamente, levámos a efeito, aquela empresa estaria sediada no Carregal do Sal, tal como outras que, entretanto, saíram do concelho. E, portanto, é importante atrairmos, mas também é importante fixarmos aqueles que cá estão, sem prejuízo de lhe dizer ou de lhes dizer que, naquilo que tem a ver com as intenções de investimento... E eu já disse isto várias vezes. Nós temos por hábito não fazer, eu vou utilizar o adjectivo de espetáculo público daquilo que são as ideias, é muito fácil anunciar ideias, temos mais por hábito anunciar concretizações e devo dizer-lhe que estamos,





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

e sinto-me numa situação muito confortável relativamente àquilo que são as pretensões de investimento que espero ver resolvidas muito em breve. E não tem a ver sequer com as pretensões dos investidores e dos promotores. Tem a ver com aquilo que se vem a verificar há largos meses, que vem do anterior governo e que este governo também ainda não conseguiu resolver, relacionado com as demoras que se verificam ao nível das análises das candidaturas dos financiamentos. Que é algo que até nos deixa um bocadinho consternados na medida em que, por um lado, vemos os quadros comunitários, ou neste caso o quadro comunitário já no seu momento médio, portanto metade do prazo já passou, vemos o PRR com um nível de execução miserável e vemos as candidaturas que são apresentadas a não serem despachadas. E, portanto, quero dizer relativamente a isto, aqui em síntese, que relativamente à ampliação da Relvinha, não tenho dúvida alguma que é um processo de sucesso e que é determinante para o futuro do concelho. Sobre isso não tenho qualquer dúvida. -----

-----Sobre a ETAR da Relvinha, como sabem, foi feita numa fase mais recente, foi possível fazer a contratação de projecto. Por aquilo que ontem estivemos a falar, há três alternativas que o projetista está a sugerir. Estamos neste momento numa fase de avaliação de cada uma delas, para perceber qual é que é o caminho que se vai seguir. -----

-----Sobre as intervenções de reparação a que se refere, das duas empreitadas, uma delas tem uma reunião marcada agora por estes dias. A outra já teve vistoria e as intervenções, objectivamente, até já deveriam ter acontecido. O que a sua pergunta me permite dizer-lhe é que reunirei informação e, na próxima reunião de Câmara, transmitir-lhes-ei o ponto de situação. Eu acho que as pessoas que lá estão parece-me que são aquelas que andam a tratar, na parte nova. Tenho ideia que serão as empresas subcontratadas pela E-REDES e a própria E-REDES que deverão andar a tratar das questões relacionadas com aquela ligação a que me referi há pouco. -----

-----Sobre a última versão do projecto do Serviço de Urgência Básica e Centro de Saúde, vimos aqui umas imagens ao nível daquilo que era o estudo prévio. Houve, depois desse processo de validação do estudo prévio pelas entidades intervenientes, um conjunto de reuniões relacionadas com o detalhe e aqui essencialmente com a intervenção quer dos dirigentes do SUB e do Centro de Saúde, mas também com os técnicos da área da ex ARS, atualmente integrados na ACSS, no sentido de validar aquelas questões de pormenor, mais do ponto de vista das questões práticas da sala de espera, questões que nós, enquanto cidadãos não temos obrigação de perceber, mas que percebemos depois que são críticas. Vou dar um exemplo para se perceber facilmente: em determinado momento aquilo que os técnicos da ACSS contaram foi que todas as áreas estavam previstas, aquelas que faziam parte do programa funcional, mas que era necessário acautelar que quem passava da sala de espera para a triagem e da triagem para a fase seguinte,





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

já não devia voltar à sala de espera, o que significa que tinha que ter uma barreira, uma porta. Estamos a falar já de coisas de detalhe de funcionamento. Ou se o gabinete do médico de uma determinada área deve estar mais próximo ou mais distante do raio-x. Coisas de muito detalhe que têm a ver, efectivamente, com as necessidades de funcionamento diário que foram todas discutidas. Aquilo que temos por informação é que o projecto de execução, que tem o prazo de entrega considerado para o final deste mês ou princípio de novembro, que esse prazo é para cumprir e, portanto, depois dessa entrega é passar para a fase subsequente. -----

-----Sobre a questão das instalações sanitárias públicas do Piódão, fiquei só com uma dúvida: aquilo a que se referiu tinha a ver com operações de manutenção, limpezas e coisas do género, é isso? Temos dois tipos de situação. Uma, que eu não contava que ela fosse apontada, porque se há algo que tradicionalmente se verificava no Piódão e que tentámos corrigir, que não tinha tanto a ver ou não tinha só a ver com instalações, mas tinha a ver com aquilo que tem a ver com as condições, leia-se limpeza: disponibilidade ou não disponibilidade de papel higiénico, ter sabonete ou não ter sabonete... Quer dizer, são daquelas coisas que marcam a imagem de qualquer espaço que se frequente e, portanto, quando vamos a uma casa de banho e ela está: ponto um, imunda; ponto dois: não tem papel higiénico; ponto três: não tem sabonete, eu, como cidadão, a conclusão que retiro não é muito positiva, nem muito abonatória. E tentámos, em relação ao Piódão, corrigir isso, inclusivamente no que tem a ver com as intervenções de limpeza, fazendo uma contratação local para que essas limpezas acontecessem regularmente durante o dia, para que não tivéssemos coisas como aquelas que provavelmente já todos lá vimos. Vou indagar porque é que as coisas não estão a funcionar, pois não é suposto nem que falem esses artigos, nem que não exista limpeza regular. A outra situação, é uma situação que estamos a tratar e que tem a ver com a circunstância – o senhor vereador conhece aquelas instalações tão bem ou melhor do que eu – tem a ver com a circunstância de se tratar de um edificado que foi construído basicamente completamente adossado ao talude, à rocha. Há capilaridade naquilo que tem a ver com as humidades. Ao mesmo tempo, e aqui foi uma falha, não correu tudo bem. O projecto não previu a impermeabilização da zona superior aos sanitários, ainda houve algumas intervenções pontuais na primeira empreitada, que não foram suficientes. Aquilo que temos já identificado e penso que até já há projecto para isso, é a necessidade de abrir um roço posterior ao edifício e tentar retirar dali as águas. Nós já percebemos também que não é suficiente, não vai ser suficiente resolver a impermeabilização da laje, na medida em que está a haver ali uma condução direta da água que escorre pela rocha e que se infiltra ali facilmente. E isso dá depois esse resultado. Nós temos essa situação sinalizada. De todo aquele conjunto de intervenções, a maior parte delas correram bem e têm um resultado francamente positivo. Não correram todas bem e, no caso das casas de banho





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

públicas, em determinado momento, houve uma grande preocupação com o alinhamento de todos os cortes, todas as pedras, todas as peças de granito e depois das torneiras. Tudo isso tinha que bater certo e houve pedras que entraram e saíram, não sei quantas vezes, para que a furação estivesse naquele preciso lugar. Depois, estas questões que são de funcionamento, não ficaram tão bem resolvidas, mas temos que as resolver porque não é sequer uma fotografia bonita. A preocupação com as pedras e a despreocupação depois nesse tipo de coisas não dão resultado muito bom. E aí foi um processo que não ocorreu bem, temos noção disso, e estamos a tentar resolver. Uma casa de banho pública, sejamos muito claros e objetivos, e eu não gosto de esconder o lixo debaixo do tapete, uma situação como aquela que está ilustrada naquelas fotografias é desastrosa e não pode acontecer. Eu tinha noção e perceção de que havia essas situações para resolver, já me tinham dado nota dessas infiltrações, já tínhamos verificado que não estava considerado no projecto, mas temos que resolver entretanto. Mas não tinha esta imagem atualizada."-----

### ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**Capítulo Primeiro – Atas para Aprovação;**-----

-----**Capítulo Segundo – Diversos;**-----

-----**Capítulo Terceiro – Expediente;**-----

-----**Capítulo Quarto – Requerimentos Diversos;**-----

-----**Capítulo Quinto – Empreitadas.**-----

### Capítulo Primeiro

#### **Atas para Aprovação**

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Ata nº 10/2024**, correspondente à reunião ordinária realizada no dia **07 de Maio**, da **Ata nº 11/2024**, correspondente à reunião ordinária realizada no dia **21 de Maio**, da **Ata nº 12/2024**, correspondente à reunião ordinária realizada no dia **04 de junho** e da **Ata nº 13/2024**, correspondente à reunião ordinária realizada no dia **17 de junho.**-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº 10/2024, correspondente à reunião ordinária realizada no dia 07 de maio, a Ata nº 11/2024, correspondente à reunião ordinária realizada no dia 21 de maio e a Ata nº 12/2024, correspondente à reunião ordinária realizada no dia 04 de junho.-----

**-----O Senhor Vereador Paulo Teles Marques saiu da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.-----**

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº 13/2024, correspondente à reunião ordinária realizada no dia 17 de junho.--

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

**-----O Senhor Vereador Paulo Teles Marques regressou à sala de reuniões, voltando a participar nos trabalhos.-----**

### Capítulo Segundo

#### Diversos

**-----PRIMEIRO:** Apreciação e votação da proposta de **Alteração e/ou Condicionamento do Trânsito e colocação da respetiva sinalização vertical temporária, no âmbito da Romaria de 1 de novembro de 2024, de Stª Quitéria, Pombeiro da Beira.**-----

-----Presente a informação técnica INF/TS/20/2024, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à ata.---

**-----Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr Luis Paulo Costa, datado de 17.10.2024: "À Reunião de Câmara".-----**

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação INF/TS/20/2024, aprovar a Alteração e/ou Condicionamento do Trânsito e colocação da respetiva sinalização vertical temporária, no âmbito da Romaria de 1 de novembro de 2024, de Stª Quitéria, Pombeiro da Beira, bem como que a efetivação da alteração temporária de trânsito seja realizada pela Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-





**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta de **Revisão Extraordinária de Tarifário de 2024 – Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Arganil.**-----

-----Presente a informação técnica INF/ DAGF SF/112/2024, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à ata.---

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr Luis Paulo Costa, datado de 17.10.2024: "À Reunião de Câmara".**-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para dizer que "na tarifa de disponibilidade vai-se registar uma alteração; esta diferença dos 7.022 para os 7.174, significa que havia aqui uma imputação em rubricas diferentes e que a ERSAR entende que deve ser corrigida. Mas vamos ter aqui uma alteração ao nível da tarifa de disponibilidade que fica, apesar de não ficar ainda sequer nem pouco mais ou menos ao nível daquilo que é a generalidade dos sistemas, mas tem a ver com a taxa de disponibilidade, vai registar também um aumento. Aquilo que temos nesta alteração, ao nível da tarifa de disponibilidade, que a proposta é de 13 cêntimos por dia, portanto é um nível único e regista aqui um aumento significativo, porque ela estava aqui ao nível dos 6 cêntimos por dia. Um valor completamente desfasado daquilo que era a nossa realidade financeira, por um lado, quer aquilo que era a realidade dos sistemas com os quais nos podemos comparar. Aqui no fundo a lógica foi muito isto, achamos que acaba de ser um critério mais justo que a questão financeira que tem que ser acutelada ao nível da recuperação de custos se faça mais por esta situação. E tem também uma atualização, no caso dos não domésticos, também ao nível desta tarifa de disponibilidade, neste caso passando de menos de 9 cêntimos para 20 cêntimos por dia. 2€ e 10€ por mês. Na tarifa variável não tem alteração nenhuma. Aqui a questão é, nós objectivamente estamos obrigados, como sabem, a fazer uma recuperação de custos de pelo menos 90% em todos os subsectores; água, saneamento e resíduos sólidos, sendo que também já sabemos quais são as consequências do não cumprimento dessa regra que tem a ver não apenas com a reintegração dos financiamentos que se receberam, mas tem a ver também com a não validação dos regulamentos por parte da ERSAR e com as consequências legais que estão previstas. A atualização que tínhamos que imputar para fazer a recuperação destes gastos ao nível dos 90%, está aqui apenas na questão das tarifas fixas."-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação INF/DAGF SF/112/2024, aprovar a Revisão Extraordinária de Tarifário de 2024 – Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Arganil.-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

### Capítulo Terceiro

#### **Expediente**

-----**PRIMEIRO:** Da **Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Piódão**, pedido de apoio através da cedência de móveis expositores da autarquia, para serem usados na sede daquela Comissão.-----

-----Presente a informação técnica INF/DDES/209/2024, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à ata.---

-----**Despacho da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr<sup>a</sup> Paula Dinis, datado de 08.10.2024: "À Reunião de Câmara".**-----

-----O Senhor **Presidente** explicou que: "Isto tem a ver com os armários a que se referia o senhor vereador Miguel Pinheiro há pouco. O resultado das intervenções que se fizeram no Piódão foi extraordinariamente positivo, mas também é verdade que, numa multiplicidade tão grande de intervenções, com tantas especificidades, com tantos pormenores, alguma coisa haveria de não correr tão bem, nem ter sido possível de atacar no decurso da intervenção. É o caso dos móveis; os armários que foram desenhados não mereceram o acolhimento dos comerciantes. Inclusivamente os arquitetos também, já mais recentemente, aquando do evento que houve lá em torno da temática do Prémio "Mies Van der Rohe", voltaram a fazer uma nova abordagem, perceberam que não valia a pena insistir e, portanto, os comerciantes do Piódão não vão utilizar aqueles armários. Ponto. Aquilo que combinámos na altura também foi de deixar passar aqui algum tempo e de, entretanto, voltar a abordar o assunto numa estratégia diferente, que terá que ser, claramente, uma estratégia também trabalhada e articulada desde o início com os comerciantes. Porque, se não for algo que seja consensualizado à partida, não vai resultar depois à chegada e não vale a pena estar a insistir em soluções que não são do agrado das pessoas, não apenas pelas questões estéticas, mas também pelas questões de funcionamento. Os senhores comerciantes do Piódão fizeram uma coisa muito interessante, basicamente o que fizeram foi pegar nos armários e encostaram-nos lá ao muro e não os utilizaram. A Comissão de Melhoramentos do Piódão, entretanto, apercebeu-se dessa circunstância e solicitou a cedência para serem utilizados como expositores no seu espaço. São quatro móveis."-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação INF/DDES/209/2024, aprovar a cedência de dois móveis





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

expositores da autarquia, para serem utilizados pela Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Piódão, na sua sede.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

-----**SEGUNDO:** Do **Agrupamento de Escolas de Arganil**, pedido de apoio para fazer face a despesas para aquisição de Consumíveis e para a realização de Visitas de Estudo – Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico daquele Agrupamento.-----

-----Presente a informação técnica INF/DDES/206/2024, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à ata.---

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr Luis Paulo Costa, datado de 21.10.2024: "À Reunião de Câmara".**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação INF/DDES/206/2024, aprovar a atribuição de um apoio ao Agrupamento de Escolas de Arganil, no valor de 11.220,00€ (onze mil, duzentos e vinte euros, para aquisição de Consumíveis e de 3.600,00€ (três mil e seiscentos euros) para a realização de Visitas de Estudo – Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico daquele Agrupamento.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

### Capítulo Quarto

#### **Requerimentos Diversos**

-----**PRIMEIRO:** De **Carlos Filipe Gonçalves Carvalho**, a requerer, relativamente à alteração de edifício existente, sito na União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, o seguinte: constituição de Propriedade Horizontal e emissão da respetiva Certidão; dispensa total dos lugares de estacionamento e respetiva compensação em numerário; compensações em numerário relativamente às cedências a integrar no domínio público para espaços verdes, espaços para equipamentos de utilização coletiva, infraestruturas e estacionamento público; compensações em numerário relativamente à taxa de TMI.-----

-----Presente a informação técnica INF/DGU/811/2024, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à ata.---





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr Luis Paulo Costa, datado de 16.10.2024: "À Reunião de Câmara".**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação INF/DGU/811/2024, aprovar o seguinte:-----

-----1 - Constituição de Propriedade Horizontal e emissão da respetiva Certidão;-----

-----2 - Dispensa total dos lugares de estacionamento e respetiva compensação em numerário, no valor de 725,00€;-----

-----3 - Compensações em numerário relativamente às cedências a integrar no domínio público para espaços verdes, espaços para equipamentos de utilização coletiva, infraestruturas e estacionamento público, no valor de 6.542,29€;-----

-----4 - Compensações em numerário relativamente à taxa de TMI, no valor de 209,41€.

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

### Capítulo Quinto

#### **Empreitadas**

-----**PRIMEIRO:** Empreitada de **Construção de 29 Fogos na Av. N. Sr<sup>a</sup> do Mont'Alto, Arganil** – Proposta para aprovação de projecto de execução; proposta para abertura de Procedimento por Concurso Público. Ratificação do ato praticado pelo Senhor Presidente, em 14/10/2024, nos termos do nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para dizer que: "Finalmente este primeiro processo ficou concluído, já passando aquelas fases todas de revisão do projecto. Está neste momento no mercado para receção de candidaturas."-----

-----Teve a palavra o senhor vereador **Miguel Pinheiro** para dizer "Senhor Presidente, vou abster-me nesta votação por uma questão corporativa, porque não vejo aqui, na especialidade, se foram feitas algumas alterações depois do relatório final da revisão do projecto. Depois deste relatório final da Central Projetos, eles não fizeram mais nada, o projetista não alterou. Houve dois relatórios, um primeiro relatório, depois eles receberam, trataram da questão dos elevadores, depois foi feito o relatório final. E eles apontam aqui algumas questões, entre as quais a falta do projecto de arranjos exteriores, que não está nas medições também. E por essa razão,





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

independentemente das soluções do foco do edifício, da habitação, a parte dos arranjos exteriores, eu julgo que não está devidamente contemplada nos mapas de quantidades. Faltam algumas questões de desenho, de pormenorização, de lancis, de passeios, que é referido no Relatório da Revisão. Há uma razão que de alguma forma me é cara, que é estes gabinetes de arquitetura às vezes esquecem-se do arquiteto paisagista, e é por essa razão que me vou abster.”-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos senhores vereadores Paulo Teles Marques e Miguel Pinheiro, e de acordo com a informação INF/DGU/795/2024, ratificar o ato praticado pelo Senhor Presidente, em 14/10/2024, nos termos do nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro (aprovação de projecto de execução; proposta para abertura de Procedimento por Concurso Público).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

### Capítulo Quarto

#### **Assuntos para Conhecimento**

-----O Senhor Presidente deu conhecimento do seguinte:-----

-----1 – Alteração nº 21 ao Orçamento da despesa e GOP de 2024.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

### **ENCERRAMENTO**

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram onze horas e trinta minutos, e para constar se lavrou a presente ata que eu, Odete Fernandes redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

*João Paulo Cort*

*Odete Fernandes*

